



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
<http://www.cecs.uminho.pt>

Género no discurso das campanhas anti-droga*

Zara Pinto Coelho

Professora Auxiliar

zara@ics.uminho.pt

Universidade do Minho
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Campus de Gualtar
4710-057 Braga
Portugal

2004

* PINTO-COELHO, M. Z. S. (2003), *Género no discurso das campanhas anti-droga* in *Cadernos do Noroeste*, 20 (1-2) Série História, 3, pp. 433-466.

Resumo

Este artigo analisa a forma como se fala sobre mulheres em campanhas públicas anti-droga, através de uma combinação de recursos linguísticos com recursos semióticos e a partir de uma abordagem crítica. Partindo de um conjunto de exemplos, irei mostrar que o regime de género que marca este discurso tem uma natureza sexista.

Introdução

Robin Lakoff (1982:45) afirma que “a marginalidade e a falta de poder das mulheres reflecte-se não só nos modos como se espera que as mulheres falem, mas também nos modos como se fala sobre mulheres”. Estas questões são, na verdade, fundamentais no âmbito das investigações sociais e humanas sobre género no discurso.

Neste artigo centrar-me-ei sobre um exemplo concreto do segundo tipo de situação: o modo como se fala sobre mulheres em campanhas públicas anti-droga, multi-media e com um âmbito nacional. Num primeiro momento, irei evidenciar o que se diz nesse tipo de discurso, ou seja, os tópicos ou temas recorrentes. Este tipo de estrutura discursiva permite-nos examinar e revelar se as mulheres são ou não representadas, em que modos em relação ao outro. Possibilita também o desvendar do tipo de atitudes, ou de preconceitos sociais derivados de ideologias específicas que poderão estar na base dos mesmos. Num segundo momento, analisarei a forma como se fala sobre mulheres: que recursos são utilizados, de natureza linguística e não linguística, e de que modos. Pretendo assim destacar o papel desses recursos na construção de modos específicos de representar as mulheres. Para o efeito, utilizo a abordagem crítica da análise do discurso (Fairclough e Wodak 1997, Kress 1990, Van Dijk 2001). Tal significa que não vou apenas descrever os conteúdos e formas do discurso. Tenho como objectivo também mostrar os pressupostos e implicações desse discurso na dinâmica de poder e desigualdade de género no domínio das campanhas. Que interesses são servidos e suprimidos pelas campanhas públicas anti-drogas? Parte da pergunta inclui o interesse do Estado neste tipo de práticas comunicacionais, e no apoio a um regime particular de relações de género (Connell 1987). Este conjunto de interesses remete-nos para a questão

da representação/não representação relativa das mulheres no discurso das campanhas e, dessa forma, para a política de representação que caracteriza o mesmo.

De seguida, faço uma contextualização sumária da análise partindo de literatura relevante, e do meu próprio percurso de investigação. Apresento depois a metodologia e os dados utilizados, passando por último à análise detalhada de um conjunto de textos.

Contextualização do Estudo

O interesse sobre género no discurso nasce no contexto das minhas investigações em torno das campanhas públicas de “prevenção da toxicoddependência”, e das conversas informais sobre utilizadores de drogas. Uma das preocupações no estudo sobre o discurso das campanhas foi saber em que medida este tipo de discurso preventivo, cujo fins podem ser vistos como tendo uma validade universal, pode servir, afinal, uma configuração específica de interesses parciais: de idade, classe e género. E saber também como tal se efectiva em instâncias discursivas concretas. Diga-se de passagem que a maioria dos estudos realizados sobre campanhas se enquadra num tipo de investigação a que poderia chamar “administrativa”, seguindo a terminologia usada por Lazarsfeld (1948). Ou seja, um tipo de investigação de natureza performativa e tecnocrática, legitimante dos vários tipos de poderes intervenientes na gestão da ordem das drogas. Esta realidade não é só nacional, mas comum à maioria dos países juridicamente comprometidos com o regime internacional de proibição de um conjunto de drogas psicoactivas.¹ Nos estudos produzidos nesta linha administrativa, em que o referente habitual são populações institucionalizadas, o pouquíssimo espaço dado às mulheres, quando comparado com o reservado ao dos homens, resulta de um olhar centrado sobretudo na sexualidade, em especial na saúde reprodutiva (Bauman e Dougherty 1983, Bauman e Levine 1986, Rosenbaum 1997, Frazão *et al.* 2001). Ora, tal preocupação não está presente na construção dos homens toxicoddependentes, nem dos problemas que lhe são atribuídos. O que me leva também a dizer que, salvaguardadas as respectivas diferenças, e o respeito

¹ Conforme assinala Berridge (1994:28), no campo da toxicoddependência “a interacção das teorias tem ganho autoridade através do apoio que oferecem às normas sociais existentes e os conceitos considerados são essencialmente teorias de carácter político, articulando os relacionamentos do poder dominante”. No contexto nacional, Cândido Agra (1998) e Valentim (1998) partilham um ponto de vista similar ao desta historiadora britânica.

devido a interesses genuínos de protecção, as mulheres neste domínio, e neste tipo de investigação administrativa ainda parecem continuar a ser definidas pelo ovários e o útero.

No que diz respeito especificamente à problemática do género e das drogas, são muitos os estudos que dão visibilidade às mulheres e aos seus percursos nas vidas de drogas. Sobretudo a partir dos anos 80. Ainda que a análise dos discursos das mesmas, ou sobre as mesmas, permaneça uma questão marginal. Já sabemos como os estudos desenvolvidos na criminologia foram até muito recentemente dominados pelo paradigma *comparacionista* (Beleza 1990: 93), responsável por uma produção científica que reflecte uma visão do mundo masculina.² Sabemos ainda como nos E.U.A. a *war on drugs* da década de oitenta ganhou também a forma de uma *war on women*, materializada num crescimento relativo sem precedentes da população prisional feminina (Szalavitz 1999, Owen 2001). Um dos factores que contribuiu para esse aumento, relacionado na maior parte dos casos com crimes por drogas, foi o facto de certos Estados terem criminalizado as mulheres por usarem drogas durante a gravidez. Em nome da saúde do feto, e da protecção das crianças (Rosenbaum 1997, McCarty 1998). Esta intrusão estatal no comportamento individual de certas mulheres, que levanta sérias dúvidas de um ponto de vista ético, deve ser compreendida no seu contexto histórico específico. Lembramos que os anos 80 foram marcados, no plano político, pelo regresso do conservadorismo tradicional na era Reagan-Bush e, no plano social, pelo agravamento das desigualdades estruturais de classe e étnicas/”raciais”. No que diz respeito à política das drogas, viveu-se mais um ciclo de “pânico moral” (Reinarman e Levine 1995). Este ciclo foi alimentado por cruzadas televisivas contra a cocaína e o *crack* (Reeves e Campbell 1994), e teve como principais operadores jornalistas e especialistas ligados ao complexo médico-terapêutico das drogas. A então novidade do mercado das drogas de rua, vulgo *crack*, ganhou formas diabólicas com a criação das figuras *crack mother* e *crack babies*, associadas nas representações dominantes a mulheres jovens de minorias urbanas, provenientes dos baixos estratos sociais. Tal aconteceu precisamente num clima de

² A preocupação central nos estudos desenvolvidos sob o paradigma *comparacionista* consiste em obter respostas à pergunta; por que razões as mulheres cometem menos crimes do que os homens? Estas, como outro tipo de explicações causalistas, são características de um discurso constitutivo da diferença entre os géneros, que tem feito caminho também no seio de estudos feministas. assentes em versões essencialistas da feminilidade e da masculinidade. Isto é, assentes em suposições ontológicas sobre o estatuto da relação mulher/feminidade, ou homem/masculinidade.

medos ligados ao advento do H.I.V./SIDA. Neste ambiente de “epidemia” e de “tolerância zero”, a intersecção do movimentos anti-H.I.V. com os movimentos anti-aborto e anti-droga, fez das mulheres grávidas toxicodependentes um alvo, entrando em funcionamento políticas discriminatórias em nome da protecção das crianças.³

Ainda no contexto americano, destaco, em jeito de contrabalanço, vários estudos etnográficos que dão voz e articulam o ponto de vista das mulheres que utilizam drogas. Tais estudos chamam a atenção para a forma e o peso que as “políticas de combate à droga” ganham nas vidas das utilizadoras de drogas. Por exemplo, nas suas experiências de dependência de heroína (Rosenbaum 1981), nas suas vidas económicas (Maher 1998) e nas suas experiências de mães (Boyd 1998, Murphy e Rosenbaum 1998, Murphy e Paloma 2001). Ainda de salientar, os estudos sociais desenvolvidos numa perspectiva histórica. Nestes aborda-se a forma como as normas, sanções, e atitudes sobre drogas psicoativas (*e.g.* chá, café, álcool, medicamentos) resultam de um regime específico de relações de género, ao mesmo tempo que o ajudam a constituir (*e.g.* Gomberg 1982, Martin 1998). Um raciocínio idêntico também se aplica aos efeitos dos usos das drogas.

Por último, uma das fontes inspiradoras deste artigo são as reflexões críticas em torno do papel da medicina, em especial da psiquiatria, da ginecologia e da saúde pública na constituição e regulação do sexo, e das diferenças de género ao longo da história das sociedades industrializadas (Connel 1987, Lupton 1995, Gómes 1999).

Evocarei estas leituras sempre que no decorrer da análise tal se justifique. Terei o mesmo procedimento relativamente à produção científica sobre género no discurso, também ainda muito focada nas mulheres “do centro”: brancas, heterossexuais, da classe média, falantes da língua inglesa, e das sociedades ocidentais (West, Lazar e Kramarae 1997). Por agora, chegou o momento de avançar para a apresentação da metodologia e dos dados.

Alguns Princípios da Análise

³ O impacto destas medidas, e do reforço geral das medidas repressivas face às drogas, caracterizou-se não só pela desproporção de género já apontada, como também por disparidades de classe e de raça. Tal significa que no contexto americano a maioria das mulheres na prisão vem de minorias urbanas subproletarizadas. (Owen, 2001). Em Portugal vêm dos bairros urbanos desqualificados. Ver Cunha (2002).

A análise dos modos como as identidades e relações de género são construídas na e através da presença/ausência de certos conteúdos e formas, linguísticas e visuais, assenta numa concepção de discurso específica que encerra várias dimensões.

Discurso é aqui entendido, em primeiro lugar, como a linguagem em uso na escrita e na fala num determinado contexto interaccional (Van Dijk 1997a). Com esta dimensão interaccional, sublinha-se a ideia de que o texto constitui apenas o produto resultante de um processo global de interacção social. Isto significa que discurso não é meramente um certo tipo de texto, nem a actividade individual de escritores, mas uma forma de interacção social entre actores sociais, membros de categorias sociais, grupos, profissões, organizações, sociedades e culturas. Implica também uma visão do uso da linguagem como um conjunto de escolhas de um sistema de opções disponível, linguísticas e semióticas, que estão abertas ao utente (Kress 1990). Este conceito de variabilidade determina a correlação entre as escolhas feitas pelos enunciadores e o contexto, interlocutores, finalidades e necessidades comunicativas. Assim sendo, torna-se decisivo em qualquer análise de não importa que texto ou imagem, observar não apenas o que lá está, o que é posto em primeiro e em segundo plano mas, igualmente, o que, podendo estar, não está. Ou seja, que presenças, mas, de igual modo, que ausências. Convém, no entanto sublinhar que, embora todas as escolhas linguísticas sejam relevantes, não desempenham funções fixas em diferentes contextos. A análise interaccional, torna-se, por conseguinte, um processo interpretativo que visa identificar as motivações e os resultados subjacentes à variação das escolhas. Aos vários níveis do contexto (interaccional, institucional, societal).

O entendimento do discurso antes explicitado abarcou, ainda que de uma forma implícita, outra dimensão deste complexo conceito: a de discurso, não apenas como uma sucessão de actos realizados por utentes linguísticos na interacção social, mas como uma forma de “prática social” complexa (Fairclough e Wodak 1997). Tal significa que as escolhas realizadas num determinado evento discursivo são constrangidas pelos parâmetros (interpretados) das instituições e estruturas sociais que modelam esse evento, mas também contribuem para constituir esses mesmos parâmetros. Nesta linha, vejo o discurso como constructor dos mundos sociais e biológicos, e das identidades e relações sociais. Dado o meu interesse nas representações de género, e dado que o tema da

parentalidade tem uma importância crucial no discurso das campanhas, como pude constatar no âmbito das minhas investigações, isto quer dizer que não há nada de fixo ou de inerente à identidade de mãe ou de pai, nem na estruturação das relações de género entre os mesmos. O facto de percebermos estas relações e identidades de certas formas, digamos a maternidade como natural, e a paternidade como social, resulta dos modos convencionais como as sociedades em que vivemos se expressam e pensam sobre si (Wodak 1997, Cameron e Kulick 2003). O que aparece como fixo, como verdade imanente, pode portanto ser analiticamente desconstruído, mostrando como tais construções servem certos interesses, ao mesmo tempo que subordinam outros. Mostrando, portanto, o funcionamento ideológico das mesmas. Tal não deve ser confundido nem com uma negação da realidade, pois considero que os efeitos e consequências dessas representações na vida das mulheres e na sua posição subordinada são muito reais, nem com um destacar da materialidade face ao significado, pois admito uma relação circular e mútua entre estas duas dimensões.

Por fim, resta referir um significado menos comum nos estudos linguísticos do termo discurso: o de discurso não só como operando através da linguagem, mas também através de outras modalidades semióticas (Kress e Van Leeuwen 1996). No presente estudo, mas apenas num único texto, analiso o modo como o jogo cruzado da linguagem e das imagens visuais concorre para a realização de significados ideológicos.

O princípio interpretativo na base da análise é relacional. Quero saber como homens e mulheres são representados uns em relação aos outros. A questão que assim ganha proeminência diz respeito à forma como os homens são sistematicamente representados de modos que as mulheres não são, e os modos como as mulheres são representadas sistematicamente em formas que os homens não são. Noutras palavras, interessa o modo como as presenças relativas, bem como as ausências relativas estão organizadas segundo linhas de género. Esta política de representação constitui fundamentalmente uma questão de poder já que “as possibilidades para modos de ser ou de não ser estão desigualmente distribuídas para homens e mulheres, e a assimetria beneficia uma parte a expensas da outra” (Lazar 2000:394).

Analizando o Discurso

O objectivo da análise consiste em mostrar um conjunto de representações, por exemplo, de identidades de género que evidenciam a operação de uma ideologia particular no(s) texto(s) (*cf.* uma ideologia dominante de relações assimétricas de género conservadora, ou uma contra ideologia de relações igualitárias de género). Sendo este o objectivo, o ponto de partida da análise será identificar os tipos de representação articulados nos textos, com base num conjunto de estruturas textuais e processos que indiciam essas representações.

Não cabendo no espaço deste artigo, por razões óbvias, a explicação e o tratamento pormenorizado das variadíssimas estratégias utilizadas nos textos em análise, vou apenas indicar as propriedades textuais consideradas reveladoras de posicionamentos ideológicos. Ao longo da análise, irei explicitando de forma ocasional algumas dessas propriedades textuais. Relativamente ao método seguido na análise das imagens, detenho-me mais um pouco na sua explicação, partindo do princípio (dúbio, com certeza) de que o leitor está menos familiarizado com a mesma. Assim, como referi antes, neste estudo coloco o olhar nas escolhas linguísticas ao nível semântico, do significado e da referência do discurso, e nas escolhas visuais que contribuem para a realização de significados ideológicos. Para a análise das estruturas verbais, uso a gramática proposta por Van Dijk (1997b) para a análise ideológica. Ao nível da semântica do discurso destaco o papel dos tópicos, da lexicalização, das estruturas proposicionais, das implicações, dos pressupostos e da coerência local. Considero que é em larga medida através das representações semânticas que os outros níveis do discurso (os chamados níveis superficiais) são afectados. Das estruturas superficiais, destaco o papel das modalidades, da pronominalização e da sintaxe na representação e na modelação de percepções do mundo (Kress e Hodge 1979). A análise das imagens parte da gramática visual desenvolvida por Kress e Van Leeuwen (1996), ela própria inspirada na gramática de Halliday (1994) e na teoria do mesmo sobre a construção tripla do significado:

- Ideacional é de dois tipos: a) processos accionais, que incluem uma acção com dois participantes (“transaccional”) ou um participante, e processos reaccionais, realizados por vectores de vária ordem; b) processos conceptuais, que incluem processos

descritivos classificatórios (“é o tipo de”) e processos analíticos descritivos (“parte-todo”).

- Interpessoal inclui, entre outros, a modalidade realizada pelo contacto através do olhar; e distância ou afinidade social, realizada pelo tipo de ângulos de visionamento.
- Textual inclui categorias como a saliência- concretizada pelo tamanho relativo e precisão do foco; e valor informativo- realizado pela posição relativa (centro ou margem) dos elementos no interior da imagem e pela posição relativa da imagem e do texto.

O uso destas gramáticas é apoiado também no estudo de Michel Lazar (2000) a propósito do género em campanhas publicitárias governamentais pró-família em Singapura.

Dados e seu Enquadramento

Para esta análise reuni um conjunto de 11 documentos:⁴ uma brochura educativa e instrutiva, dirigida a “pais”, dois *spots* publicitários radiofónicos, dirigidos a “jovens”, e oito artigos publicados na imprensa nacional e local (em cerca de 160 títulos), a expensas do programa governamental contra as drogas. Os três primeiros documentos foram divulgados numa campanha europeia realizada em 1992, sob o lema “Prevenção Desafio para todos”. Os restantes foram publicados no período compreendido entre 1988 e 1989, numa campanha governamental subordinada ao tema “Projecto vida Para uma vida com Projectos”. Estas, como outras campanhas, têm constituído um instrumento de regulação de comportamentos recorrente na política nacional contra as drogas desde 1987.

Os dados seleccionados fazem parte de um *corpus* mais vasto de textos integrados em dois projectos de investigação que esteve na base da minha tese de doutoramento (Pinto Coelho 2002).⁵ Lidam com representações do casal e da vida familiar e, especificamente, com representações da “mulher toxicodependente”. A este propósito convém sublinhar o número reduzido de textos que falam sobre mulheres: apenas 11 no total de 251. Desses onze, oito são dedicados à gravidez e à maternidade.

⁴ Ver no Anexo, “Lista dos Documentos Analisados”.

⁵ Num desses projectos analisei 251 documentos divulgados em seis campanhas anti-droga. Estas ocorreram no período compreendido entre 1987 e 1994.

Interpreto este silenciamento e exclusão do acesso ao discurso público como constituindo um indicador e um componente activo do tratamento discriminatório dado às mulheres nas políticas nacionais sobre drogas ao longo da história das mesmas. Vale a pena referir alguns dos dados que fundamentam esta conclusão. No período compreendido entre 1977 e 1987, apenas um dos três centros especializados existentes no país (C.E.P.D. Coimbra), oferecia um programa para mulheres toxicodependentes. Em 1997, pouco mais existia. São os próprios coordenadores do “combate à droga” (Feytor Pinto 1997), e técnicos (Correia 1997, Costa 1997) a reconhecerem as atitudes de discriminação relativamente às mulheres.⁶ Essas atitudes traduzem-se quer na insuficiência e na inadequação dos centros de atendimento e das comunidades terapêuticas, quer na qualidade das relações entre técnicos e mulheres toxicodependentes, predominantemente marcadas pela hostilidade e rejeição. Como diz Costa (1997), a consequência imediata é de que as mulheres não os usam, evitando-os mesmo. Tanto mais que, em alguns dos serviços é prática corrente a participação imediata ao Tribunal de Família para medida cautelar de suspensão do poder paternal e entrega do recém nascido sob tutela de familiar idóneo (Biscaia, Beja e Sá 1995: 547).

O tratamento discriminatório pode ser explicado, em parte, pelas atitudes de género conservadoras ainda presentes na sociedade portuguesa contemporânea. O argumento de que tal advém do facto da população toxicodependente ser maioritariamente masculina e, por isso, a prevenção e os serviços de saúde são estruturados nesse sentido, não colhe. Como sabemos, do ponto de vista do direito de todos os cidadãos à saúde, as sociedades não devem discriminar em função do sexo. Poder-se-ia contra argumentar que o discurso masculino presente nestas campanhas é neutro e, nessa medida, tem como referente também as mulheres. Mas, a análise exaustiva que fiz do discurso dirigido a “jovens” (ou sobre os mesmos) articulado nessas campanhas põe em causa essa pretensão. Mostra que a neutralidade deste tipo de prática é aparente.⁷ De facto, o discurso sobre “jovens e droga” pressupõe e está predominantemente orientado para uma audiência jovem,

⁶ Lembro que, neste mesmo período, no domínio judicial, as mulheres foram proporcionalmente muito mais condenadas a penas de prisão por crimes de droga do que os homens (Cunha 2002:74). O mesmo tipo de tratamento discriminatório ocorreu relativamente a “raparigas com condutas desviantes”, relativamente às quais os tribunais foram mais severos nas medidas restritivas aplicadas. Ver Duarte-Fonseca (2000).

⁷ Lígia Amâncio (1997: 12) partilha um ponto de vista idêntico. Diz que a abordagem da toxicodependência não pode assentar em concepções e práticas aparentemente neutras, mas de facto orientadas para o mundo masculino.

masculina, branca e heterossexual “potencialmente” consumidora de drogas. Um indicador linguístico revelador desta “exclusão radical” (Van Leeuwen 1997) é a concordância de género com termos genéricos masculinos.⁸ Apesar de vocábulos como “consumidores de drogas”, “toxicodependentes”, “jovens”, “filhos”, “colegas” poderem ser considerados designações que se referem tanto às mulheres como aos homens, a combinação invariável dos mesmos com pronomes masculinos (“seus filhos”, “nossos filhos”, “meus colegas”, “estes jovens”) e artigos definidos masculinos (“os toxicodependentes”, “os jovens”) deixa transparecer o androcentrismo subjacente. O mesmo se passa ao nível das imagens visuais, seja em *spots* televisivos, seja em imagens gráficas, onde a escolha para representar os grupos de consumidores recai sobre rapazes.⁹ Estas estratégias de exclusão implícita manifestam-se a partir do momento em que as mulheres entram no discurso, como iremos comprovar no decorrer desta análise. Agora, importa referir que a diferenciação de género só se torna óbvia, necessária, nos casos em que se trata de designar as mulheres, lançando uso de expressões como “mulheres toxicodependentes”, “mulheres jovens”, “raparigas adolescentes”. Por conseguinte, o género masculino constitui a base, a norma sobre ou contra a qual o feminino é colocado como outro, o único género que tem sexo.

No que diz respeito aos textos que lidam com representações da vida familiar, o seu número é imenso. A brochura “Nossos filhos, nós e a droga” foi seleccionada porque fornecia elementos para combinar uma análise linguística com uma análise semiótica. Para termos uma ideia, importa referir que os tópicos sobre “pais e droga” se inscrevem no tema que domina o conjunto das seis campanhas analisadas, a saber; as relações entre “a sociedade” e potenciais jovens consumidores de drogas. Tal pode explicar-se a partir da ideologia de prevenção das drogas dominante no complexo médico-terapêutico nacional. À semelhança do que acontece em países como a França ou os EUA, o discurso sobre “a família” tem tido um papel central na construção terapêutica do problema da droga no nosso país. Em muitos casos, a linguagem funcionalista é utilizada nestes

⁸ Lembro que a língua portuguesa tem um sistema aberto de género gramatical, no qual a distinção dos géneros se estabelece (em pronomes, nomes, adjectivos e determinantes) entre o feminino - definido como o termo marcado ou intensivo - e o masculino - o termo não marcado ou extensivo. Quando não se pretende especificar o género, ou quando se desconhece o género do referente pessoal, tem de usar-se o termo masculino.

⁹ A brochura analisada neste estudo, bem como os *spots* publicitários, constituem excepções à regra masculina.

discursos - as famílias “disfuncionais” reproduzem o desvio, e as “funcionais” constituem a primeira linha de defesa no combate à droga, o meio através do qual as crianças devem aprender a dizer não à droga em primeiro lugar. A análise que fiz permitiu concluir que o discurso das campanhas, tal como o discurso médico-psicológico, genericamente falando, trata a família nuclear como a norma mais saudável. E considera as estruturas familiares alternativas de pais divorciados como sendo, de alguma forma, “disfuncionais”. Veremos no decorrer da análise que este tipo de julgamento é também aplicado a famílias em que a mãe trabalha. Nestes casos, a culpa recai mais sobre as mães trabalhadoras do que sobre os pais trabalhadores. A ideologia da maternidade que marca o discurso da família é a ideologia dominante da maternidade nas sociedades ocidentais contemporâneas (Badinter 1980, Phoenix *et al.* 1991, Lupton e Barclay 1997). Diz Forna (1999:71) que esta ideologia faz com que as mulheres da classe média branca sofram em silêncio, motivadas por aquilo que Betty Friedan chamou, no final dos anos 50, “o problema sem nome”: um nó cego por serem simultaneamente valorizadas e desvalorizadas como mães, por serem ao mesmo tempo idealizadas como fonte de todos os cuidados e condenadas como fonte de todas as patologias. De tal forma que, em todos os casos de crianças perturbadas, pode ser descoberta uma mãe. Uma mulher frustrada, reprimida, infeliz, nunca satisfeita. Uma esposa exigente, conflituosa. Uma mãe superprotectora, dominadora, rejeitante. A literatura médico-psicológica nacional sobre “toxicodependentes” está também, marcada pela dominância da preocupação com “as mães destas mulheres” (Biscaia, Beja e Sá 1995, Vicente e Beja 1997) o que necessariamente se reflecte no discurso das campanhas de prevenção.

Diga-se que os resultados da investigação já realizada mostram que os enunciadores do discurso se apresentam e interagem com os leitores/espectadores a partir de uma posição de poder e de autoridade. Sustentada sobretudo na posse de um saber científico e prático especializado, e no estatuto associado ao seu posicionamento estrutural. Fazem-no, de uma forma activa (porque assim se constróem no discurso), como clínicos ou “técnicos de saúde” ao serviço de instituições especializadas, e como representantes do programa oficial de controlo médico-sanitário dos utilizadores de drogas. E, de uma forma mais passiva, porque não consciente, nem directamente articulada no discurso,

como membros das classes médias citadinas, brancas, heterossexuais e maioritariamente masculinas. Para terminar, inicio nas secções seguintes a análise dos dados.

Análise da Brochura “Nossos Filhos, Nós e a Droga”

Como já referi, o tema da parentalidade tem um papel central no discurso articulado nas campanhas de prevenção. À semelhança do tratamento dado nestas campanhas a outros temas, as representações das relações de género articuladas no discurso sobre “os pais e a droga” são profundamente ambíguas e aparentemente contraditórias. Assim, destaco dois tipos de discursos em articulação: um discurso igualitário, e um discurso conservador.

O Discurso de Relações Paritárias de Género

O discurso do igualitarismo é identificável na brochura “Nossos filhos, Nós e a droga” em termos de três tipos de representação: 1) a representação da parentalidade como simétrica para homens e mulheres; o retrato do homem na esfera doméstica como pai dedicado, extremoso, sensível 3) o retrato das mulheres como mães e como profissionais.

A parentalidade simétrica Um dos modos em que o igualitarismo entre géneros é construído na brochura ocorre através de um convite a ver a parentalidade como sendo idêntica para homens e mulheres. Os dados da minha investigação sobre campanhas mostram que nos textos em que se fala sobre família e droga, mulheres e homens são colectivamente referidos como participantes agrupados. A brochura agora em análise não constitui excepção. Em muitas instâncias, mulheres e homens são colectivamente referidos como participantes agrupados. Por exemplo, em termos da escolha lexical, o substantivo neutro em termos de género “**pais**” é claramente preferido a termos como “**pai**”/”**paternidade**”, “**mãe**”/”**maternidade**”. No que diz respeito à escolha dos pronomes, encontrei sistematicamente o colectivo “**nosso/nós**”, ou o pronome indefinido “**você**”, uma variação primeira/segunda pessoa que marca o modo como a brochura é apresentada. Outra das estruturas responsável pela elisão do género consiste na colocação

em segundo plano do agente da acção. O que sugere que as prescrições se aplicam ao pai e à mãe, como se fossem uma unidade indiferenciada. Por exemplo:

1) *Você, pai ou mãe, pode desta forma, contribuir decisivamente para o equilíbrio do seu filho.*

2) *Poder dialogar é também ter tempo para estar com o interlocutor desejado: o **nosso** filho.*

É necessário:

Ajudar o seu filho a tomar decisões (por volta dos 6-7 anos isso já pode acontecer”.

3) *Conserve a calma. Não se excite! Não dramatize! Sobretudo não ameace.*

(Texto n.º1)

Para além das mulheres e homens serem referidos como um colectivo, vemos nas frases anteriores que também são representados como partilhando deveres e experiências comuns. A representação do igualitarismo expressa nas estruturas da linguagem tem apoio visual em algumas das imagens da brochura. Em duas dessas imagens, a simetria é expressa de duas formas. Mostra-se o casal em vários processos accionais comuns (os dois a ouvirem o filho, os dois a abraçarem a filha), sugerindo assim que o que estão a fazer é um esforço comum. Para além disso, a forma como pai e mãe estão distribuídos através do espaço do desenho é simétrica: estão a uma distância igual um do outro, e quase iguais no tamanho e na orientação. Segundo Kress e Van Leeuwen (1996: 88) estes indicadores visuais expressam “um processo classificatório” implícito. Esse processo sugere que pai e mãe são membros da mesma categoria, em vez de serem classificados de acordo com os papéis diferentemente valorizados de “pai” e de “mãe”.

O pai dedicado O discurso de relações simétricas de género é expresso também em termos de uma construção bem conhecida nos estudos de género e culturais: “o novo homem”. Segundo Lazar (2000), o novo homem, presente nos *media* desde os anos 80, surge em resposta à crítica feminista das formas tradicionais de masculinidade. Uma dimensão importante desta forma nova de masculinidade surge através da figura do pai extremoso, sensível, emotivo, atento e prestável, em contraponto claro com a figura tradicional do “providenciador de recursos”, autoritário e distante.

Na brochura “Nossos filhos, nós e a droga” podemos observar este novo pai nas interacções entre homens e crianças. O retrato resulta do funcionamento em unísono de certas estruturas representacionais visuais e estruturas composicionais. No que diz

respeito às estruturas representacionais visuais, distinguem-se vários traços típicos de carinho e de ligação emocional. Estes traços são realizados por estruturas transaccionais do tipo falar, sorrir, olhar atentamente a criança sentada no colo. Ao mesmo tempo, estes processos indicam também uma estrutura analítica que representa o homem como o todo, o Portador (*carrier*), e a criança como a sua parte, um Atributo, visualmente vista como a sua extensão. As estruturas composicionais modelam estes elementos visuais, reforçando o seu valor emocional. O pai ocupa uma posição central no desenho, sendo o sorriso e o olhar que dirige ao filho os elementos gráficos que ganham mais saliência. O contraste entre os tamanhos do pai e do filho, da posição central e oblíqua que ocupam, concorrem também para reforçar a sensibilidade do pai face à vulnerabilidade da criança.

De uma forma mais global, em muitas das imagens da brochura, os homens são apresentados como estando activamente envolvidos na vida familiar. Tal é realizado através da representação dos homens de um modo analítico. Ou seja, de uma forma em que os homens, junto com as outras personagens, são representados como partes que compõem “a família” completa. Por exemplo, todos à volta da mesa do bolo de anos, sentados na sala a conversarem, na porta da entrada no momento da chegada dos amigos dos filhos, a escalarem uma montanha. Estas imagens convidam a uma interpretação de relações simétricas de género, pois temos aqui o retrato de um homem como estando envolvido, e como sendo parte activa nas cenas da vida familiar.

Mãe e profissional Se o retrato do novo homem aparece de uma forma saliente e optimista, o mesmo não se aplica à construção da “nova mulher”. De facto, a nova mulher é apresentada como fazendo parte da “ordem natural” da vida familiar e, nessa medida, nunca integra explicitamente “o centro da mensagem”. No plano visual, é gritante o contraste quantitativo entre imagens com indicadores que constróem uma ponte entre a vida profissional e doméstica das mulheres, e as que o fazem relativamente aos homens. Para não entrar em pormenores que refiro numa fase posterior da análise, acrescento ainda que qualitativamente falando o tratamento dado à negociação entre esferas pública e privada é claramente diferente para mulheres e homens. O que já nos leva para a presença concomitante de um discurso conservador na construção da parentalidade. Um tipo de discurso que deriva e pode manter uma ordem assimétrica de

género. Olho, na secção seguinte, para os papéis sistematicamente diferentes executados pelas mulheres e homens na esfera doméstica.

Discurso de Relações Assimétricas de Género

Para evidenciar a assimetria, levo em conta dois aspectos: 1) a divergência sistemática dos papéis executados pelas mulheres e homens na esfera doméstica e 2) as diferenças nos modos como homens e mulheres conciliam as identidades parentais respectivas com o mundo do trabalho remunerado

Homens Passo agora a abordar a representação assimétrica do envolvimento dos homens na esfera familiar. Em primeiro lugar, realço a clara diferenciação presente na representação dos papéis de género na vida doméstica. Para o efeito, uso as estruturas transaccionais para analisar, num primeiro momento, imagens em que mulheres e homens estão co-presentes e, num segundo momento, imagens que retratam homens interagindo com crianças. Nas imagens em que homens e mulheres estão presentes, o tipo de tarefas atribuídas aos pais (comparadas com as atribuídas às mães) indicam entendimentos diferenciados da natureza dos cuidados familiares que cabem a cada um. Os homens nessas imagens são retratados a desempenhar o papel de instrutor activo. Por exemplo, temos um determinado desenho onde a mãe segura os livros, enquanto o pai aponta no mapa um determinado sítio para que a filha fique esclarecida, em vez de ser o contrário.

O pai como instrutor activo estende-se às interacções dos homens com as crianças. Temos os exemplos de uma imagem onde o pai é representado a mostrar ao filho um disco de música; e de outra imagem onde o pai fala com a filha num espaço da casa em que há uma estante com livros. Temos ainda outro caso em que a representação do pai como instrutor activo é feita de um modo indirecto. Nessa imagem, o filho (Actor) fala com o pai (Beneficiário) sobre um livro num espaço que evoca um ambiente de livraria. Digo que é feita de um modo indirecto porque a criança está no centro da imagem, numa posição oblíqua e o homem no lado esquerdo da imagem, de costas para o leitor. Mas o facto da criança ser mostrada a olhar para o pai, ao mesmo tempo que aponta para um livro sobre drogas, torna a figura do pai o ponto fulcral do balanço composicional dessa imagem, o espaço da “mensagem central”. A instrução activa parece ser prerrogativa da

paternidade e ocupa uma posição central.¹⁰ Enquanto que, como veremos na secção das “mulheres”, o apoio e os cuidados de rotina são deixados para a maternidade, sendo esta colocada na periferia. Esta representação indicia concepções diferenciadas dos “cuidados familiares” quando aplicados aos pais ou às mães.

Nas representações da diferenciação dos papéis de género não está apenas em jogo uma diferença funcional. Essas representações estão implicadas em relações de poder assimétricas. Talvez tal se torne mais evidente nas representações dos pais como “chefe de família” ou como “cabeça de casal”. Na brochura em análise a posição central ocupada pelo pai em relação aos membros da família é indicada em duas imagens. Essas imagens têm uma posição de destaque na sequência da brochura: uma no centro da capa, outra no topo da página que inicia a primeira parte da brochura. Na imagem da capa, temos um retrato de família com dois adultos e uma criança sentados no sofá da sala, enquanto outra criança está pendurada nas costas do dito sofá. Esta imagem demonstra uma estrutura transaccional em que o pai é o Actor, e a criança sentada no meio dos adultos, a Beneficiária. A composição espacial reforça a saliência central da figura do pai. A Beneficiária da acção está no centro da imagem olhando atentamente o pai, o que conduz o observador para a figura do pai, que se torna assim o elemento da imagem com mais peso. O outro exemplo, da imagem que inicia o primeiro capítulo da brochura, talvez seja mais revelador. Oferece-nos um retrato de família clássica. Embora o pai seja um dos membros da família (e um dos dois adultos), é representado como o mais saliente, a figura central, ladeado pela mulher, que está de pé ligeiramente à frente, estando as crianças dispostas à frente dos dois, a filha à frente da mãe, o filho à frente do pai. Na imagem, o pai tem um braço em torno da mãe, que define esta em relação a ele como **sua** mulher, e uma mão no braço de um rapaz pequeno que define a criança em relação a ele como **seu** filho. Esta imagem demonstra uma estrutura analítica exaustiva em que o pai, em relação à família, é representado como um Portador (*carrier*) com os membros da sua família representados como seus Atributos. Esta interpretação das estruturas analíticas evoca uma relação de propriedade, expressa pelo facto do homem colocar um braço em torno dos ombros da mulher (e não o contrário). Temos portanto aqui o *shoulder-hold*,

¹⁰ Ocupa uma posição central significa que há uma maior frequência no retrato das actividades do pai com as crianças.

um gesto comum também presente em anúncios publicitários onde homens são representados com a sua família. Goffman (1979) lembra que o *shoulder-hold*, embora pareça ser um gesto de afecto, é claramente assimétrico.

Até agora analisei as representações assimétricas dos papéis dos homens na família. A seguir, irei centrar-me na forma como os homens são representados como sendo capazes de negociar entre a sua identidade como pais e a sua identidade como profissionais. Esta compatibilidade ou harmoniosa coexistência entre a carreira de um homem e a vida familiar não se verifica relativamente às mulheres. A compatibilidade entre as identidades é accionada por representações dos homens que fazem a ponte entre os mundos da família e do trabalho. O retrato dos homens no mundo público do trabalho é sinalizado pelas roupas que vestem (camisas de manga comprida, fatos e gravatas). Na terminologia linguística de Halliday, tal constitui um processo atributivo relacional que é intensivo, ou seja, os atributos descrevem quem é o Portador (*carrier*). Por conseguinte, os homens são vistos como Portadores cuja identidade profissional está inscrita nos seus corpos. Mais uma vez recorro às estruturas transaccionais e composicionais para a análise. Por exemplo, temos uma imagem que mostra o filho a falar com o pai, no momento em que ele está a atravessar a soleira da porta da entrada, após mais um dia de trabalho. A expressão facial do pai, e a sua postura corporal vergada, indiciam um estado de desgaste. A outra imagem, que em termos da sequência da brochura vem imediatamente a seguir à imagem antes descrita, mostra o pai sentado numa secretária cheia de livros a olhar para a filha que fala com ele. Em unísono com estas imagens temos uma frase em que se admite a existência de incompatibilidades entre o empenhamento do homem na carreira e o seu papel na família. Mas tal é tornado algo de esperado e, de alguma forma, desculpável:

Deixe os seus filhos falarem consigo mesmo que tenha preocupações, trabalho, dores de cabeça ou desejo de descansar. (Texto n.º1)

A conjunção subordinativa concessiva no meio da frase activa a pressuposição de que os homens estarão ausentes devido às suas carreiras, e que isso em si quase não é surpreendente. Quanto ao facto de tal ser compreensível, vemos que a prescrição

expressa neste exemplo contem uma censura implícita para que os homens balancem melhor os seus duplos papéis. No entanto, sugere-se simultaneamente a possibilidade de um equilíbrio, ou seja, sugere-se que os homens, de alguma forma, podem “ter tudo”. O que torna a ausência do pai de algum modo desculpável. Este tipo de tratamento não é dado às mulheres na mesma situação. Pelo contrário. Tal será abordado nos parágrafos seguintes.

Mulheres Vou evidenciar agora a representação das mulheres na esfera doméstica como mães. Num segundo momento, tratarei da representação das mulheres em termos da conciliação entre crianças e carreira.

O mais significativo na construção da identidade de mãe diz respeito à forma como a maternidade é representada. Na secção anterior, vimos que aos homens são atribuídas certas tarefas de instrução na família. Similarmente, vamos ver que as tarefas dos cuidados diários, de rotina, são reservadas às mulheres. Essas tarefas, diferenciadas em função do género, enfatizam a devoção das mulheres aos outros. Visualmente tal manifesta-se em estruturas transaccionais em que a mãe é o Actor, e a família o Alvo ou Beneficiário. Por exemplo, as mulheres são retratadas a cozinharem, a vestirem os filhos, a porem a louça e a comida na mesa. A natureza de género das tarefas mundanas realizadas pela mãe é enfatizada através de um contraste entre o que a mãe faz e o que o pai faz no mesmo momento, se co-presente. Para pegar num exemplo, temos uma imagem em que o filho convida os amigos que aguardam na porta da entrada a entrarem em casa, sob o olhar atento da mãe e do pai. A mãe é apresentada com pratos e copos na mão, o pai com os braços em repouso, concentrado apenas na chegada das visitas. Nesta imagem temos o accionamento da figura do chefe de família, lado a lado com a figura da mãe empenhada na satisfação das necessidades básicas de todos. Outro dos indicadores presentes na brochura consiste no facto de que o tipo de cuidados realizados pelas mulheres não constituem o foco da atenção dos filhos, ou do marido. Ao contrário do que se passa com o pai. Como se este tipo de cuidados fosse algo que as mães fazem “naturalmente”, e logo não merecedores de atenção. Já desde há muito que as investigadoras têm criticado as assunções sobre a maternidade como o estado mais natural de todos os estados (Phoenix 1991) e a construção da maternidade como sendo o maior feito da vida das mulheres, dado que aquelas contribuem para a perpetuação do

estatuto desfavorecido das mulheres relativamente ao dos homens (Lupton e Barclay 1997).

Mas estas assunções e expectativas assimétricas em relação ao género tornam-se mais evidentes na representação das mulheres em relação à carreira e vida familiar. Ao contrário das representações dos homens e da família, em que o tom é compreensivo, não obstante as críticas implícitas, e onde se acentua a possibilidade de uma conciliação entre vida familiar e vida profissional, as mulheres que também trabalham fora de casa são culpabilizadas pelo desvio potencial ou real dos filhos. E apenas elas. Ainda que tal ocorra numa forma implícita. Esta relação causal é construída em duas passagens da brochura “Nossos filhos, nós e a droga”, através do jogo cruzado de indicadores visuais e linguísticos. Ambas as passagens ocorrem na segunda parte da brochura em que se explica aos pais por quê razões “os filhos” usam drogas. Na primeira delas, que também é a primeira na ordem sequencial da brochura, diz-se o seguinte:

*Sabemos que a toxicoddependência é um fenómeno muito complexo, ou seja, a dependência de drogas é um comportamento explicado por um conjunto variado de razões. No entanto, há factores que sabemos serem comuns ou pelo menos muito frequentes na raiz deste problema. Exemplos: **Famílias emocionalmente desorganizadas, escolas (...)** (Texto n.º1)*

A acompanhar esta passagem, apresentada no lado superior direito da página, temos uma imagem no lado esquerdo superior da mesma página. Seguindo o percurso do olhar de um leitor clássico (da esquerda para a direita), esta disposição espacial pode implicar que a imagem constitui o primeiro elemento a ser notado. E o que se mostra nessa imagem? Olho agora para as estruturas transaccionais e composicionais. Nessa imagem mostra-se a mãe de costas, na porta de entrada da casa, vestida com casaco comprido e com carteira ao ombro, a despedir-se de um dos filhos, filho esse que está virado de frente para o leitor. Enquanto o pai, de pijama, toma o pequeno almoço de costas voltadas para a mãe, alheio à sua saída; o segundo dos filhos, de robe, ruma na direcção oposta à da porta da entrada onde está a mãe, e o terceiro está sentado no sofá, em frente à televisão, de óculos escuros no rosto e com *head-phones* nos ouvidos. O jogo cruzado da imagem e dos indicadores verbais parece sugerir que famílias emocionalmente desorganizadas são aquelas em que a mãe está ausente devido à sua carreira profissional.

Esta culpabilização implícita da mãe torna-se mais notória no momento em que, já no fim desta sequência e desta parte da brochura, se diz o seguinte, no canto inferior esquerdo da página:

Os pais devem estar atentos. Você deve ter um papel activo e importante. Não deixe que as coisas aconteçam... (Texto n.º1)

Do lado direito desta frase, temos uma imagem. Seguindo Kress e Van Leeuwen (1997) diria que esta estrutura composicional horizontal de tipo esquerda direita, implica que os conteúdos da frase são apresentados como sendo da ordem do pré-dado, do já conhecido pelo leitor. Enquanto que, a imagem, colocada no lado direito, constitui o lado da “nova informação”, sendo portanto o “centro da mensagem” e, nessa medida, o ponto a que o leitor deve prestar uma atenção particular. Ou seja, a imagem constitui uma aplicação específica ao caso concreto do leitor do que é “dado como conhecido”, sendo um visual do tipo “incluindo tu”. O que nos apresenta essa imagem? Em termos de estruturas transaccionais, na imagem temos um homem que, ao mesmo tempo que aponta para o seu relógio de pulso, repreende a mãe. A mãe está na entrada da porta de um escritório, de pé, a tirar o casaco e a olhar para o suposto “chefe”. O *script* visual constitui assim uma forma de fechar o texto, dando “aos pais” um modo específico ou prescrito de ler as frases acima transcritas. Antes de passar a explicitar os significados que resultam desta complementaridade entre o verbo e a imagem, importa sublinhar a escolha da modalidade negativa para expressar os conteúdos. Para Kress e Hodge (1979), a negativa constitui um sistema de modalidade que reflecte relações sociais, traduzindo tipos de conflitos e contradições em formas de negação. O antagonismo na base desta negação remete-nos para as relações entre família e Estado no domínio das drogas, e para o fogo cruzado de reenvio de responsabilidades pelo ocorrer do “desvio”. Na análise exaustiva que fiz (Pinto Coelho 2002) detectei um padrão sistemático de culpabilização dos “pais” nos processos de atribuição de causas para o início do uso de drogas. “Os pais” surgem como agentes da sua própria “disfuncionalidade”. A culpabilização feita de uma forma implícita, tal como ocorre neste exemplo concreto, implica, ao nível sociopolítico, a total des-responsabilização do Estado, políticos e governos, e dos

serviços públicos e privados intervenientes na gestão da ordem das drogas. Ao mesmo tempo que justifica a necessidade de abrir as famílias ao escrutínio público, intervenção e regulação. A negativa constitui assim uma tentativa de auto-exoneração ao nível da imagem projectada pelo locutor. Ao nível representacional, o jogo complementar entre imagem e texto mostra claramente que o alvo desta acusação velada é a mãe, e não o pai. Ao contrário do que falsamente sugere a escolha do termo colectivo “pais”.

Temos assim que o tratamento dado às mulheres e aos homens no que diz respeito à negociação da relação entre esfera privada e esfera pública mostra diferenças claras. A culpa, e também a responsabilidade pela solução, são assimetricamente distribuídas. As mulheres são responsabilizadas não só pelo eclodir do comportamento de uso de drogas das crianças, como são vistas também como as principais responsáveis pela prevenção do mesmo. Desta forma, o facto do filho usar drogas é sintomático da deficiência da mãe como uma “boa mãe”. Ao contrário do que acontece com os homens, sugere-se que as mulheres são obrigadas a fazer escolhas. Fazer um balanço entre uma carreira e família não significa assim dar um peso igual às duas vias. Pelo contrário, significa pôr em primeiro lugar o papel de mãe. Por outras palavras, a identidade das mulheres como mães é privilegiada como sendo a sua identidade primária. Trata-se de uma identidade que tem importância estratégica para os outros: crianças, homens/maridos e Estado. No discurso das relações assimétricas de género tal precisa de ser salvaguardado. A regulação ocorre através de ameaças e sanções pelo “desvio” das crianças.

Conclusões

Posso pois concluir que a coexistência dos dois tipos de discursos de relações de género, simétricas e assimétricas, não é proporcional na brochura “Nossos filhos, nós e a droga”. Apesar da presença de certos valores igualitários, estes valores são secundarizados, deflectidos, tornados não ameaçadores pelo discurso conservador prevalecente. Assim, proponho que a neutralização resultante do uso de termos como “pais”, que sugere partilha mútua de papéis e de responsabilidades, constitui uma neutralidade aparente. A noção de partilha encoraja uma visão de complementaridade de papéis de género, em que as funções dos pais e mães são ditas “diferentes mas iguais”. Mas esta visão põe de lado disposições estruturais na sociedade que apoiam uma ordem

de género dicotómica e hierárquica. De facto, importa lembrar a medida em que determinados problemas sociais resultam do desequilíbrio de poderes e desigualdades embebidas nas estruturas convencionais de família (Dallos e McLaughlin 1993).

Em segundo, como foi dito, o novo homem, não se traduz numa re-distribuição das responsabilidades dos cuidados prestados às crianças. Corresponde a uma masculinidade politicamente correcta, dirigida a sensibilizar as mulheres, sem sacrificar interesses da masculinidade conservadora, como afirma Michel Lazar (2000). Há quem diga que o novo homem é um fenómeno da classe média, uma classe de homens mostrada como moderna e iluminada e, assim, como estando claramente demarcada do mundo sexista dos homens da classe trabalhadora. Na brochura em análise, este constitui mais um dos indicadores que aponta para o funcionamento cruzado do género, classe, e sexo no discurso das campanhas anti-droga. Tal é visível também no modelo de família que funda e resulta da prescrição, da norma saudável: o modelo heterossexual da família nuclear.

Em suma, a parentalidade significa coisas diferentes para pais e mães. A análise mostra que os homens têm muito a ganhar em se tornarem pais, tendo a opção de estarem mais envolvidos com os cuidados das crianças. Mas não estão presos a essa identidade. Em oposição, para as mulheres é compulsiva uma identidade centrada na maternidade. O mesmo se passa no tratamento dado às mulheres que utilizam drogas: definidas essencialmente a partir do corpo e da função procriadora. Mas, em contraste com a mãe perfeita, a mãe a todo o tempo, a mãe que não usa drogas de rua, a mãe de vanguarda na luta contra a droga de que falei, as mães consumidoras de drogas são reduzidas à figura da “má mãe”, da mãe em pecado e causa do mal. Tal como o contraste entre a *Maddona* e a *Whore*. Sobre isto falarei na secção seguinte.

Análise dos Textos sobre Mulheres que Utilizam Drogas

Os resultados obtidos na minha investigação sobre o discurso das campanhas mostram que os utilizadores de drogas são representados como desviantes da “verdade”, e da “realidade” das normas sociais (e.g. família), e também em termos das suas diferenças face a jovens “normais” da classe média. O discurso da diferença ganha contornos específicos nos casos em que os referentes são mulheres, dado o jogo cruzado

com a ordem de género assimétrica dominante no discurso produzido em campanhas. Nesta secção, irei realçar em primeiro lugar a desigualdade nas concepções normativas de género em dois textos resultantes de uma transcrição de *spots* radiofónicos dirigidos a raparigas na campanha de 1992. Num segundo momento, evidencio mais em detalhe a forma como as mulheres utilizadoras de drogas são reduzidas à identidade reprodutiva e implicitamente condenadas como inimigas de inocentes. Faço-o partindo da análise dum conjunto de textos (no total de 8) divulgados através da imprensa nacional e local na campanha “Para uma vida com Projectos”, 1987-1989.

Raparigas Assim, relativamente aos *spots* e aos seus tópicos, realço o facto de nos mesmos as raparigas serem definidas estreitamente através das suas emoções, e em relação aos namorados. Tal contrasta com os *spots* dirigidos a rapazes. Nesses textos, os rapazes são definidos através da sua racionalidade, e em relação a familiares. A “mensagem central” dos *spots* femininos remete para a ideia de que o amor romântico é central para a identidade de uma rapariga. Assim, inseguranças provocadas por rivalidades com outras raparigas por causa dos rapazes, e a entrega cega aos namorados são apresentadas como “factos” que precedem de um modo causal a experimentação das drogas. Isto resulta da forma como estão relacionadas, ao nível local e em termos extensionais ou referenciais, as proposições que constituem os textos. Tal evidencia o funcionamento de um tipo de explicações que parte do pressuposto segundo o qual as raparigas utilizadoras de drogas se distinguem negativamente das outras raparigas “normais” pela posição subordinada e passiva que ocupam nas relações amorosas heterossexuais. Este tipo de explicação põe de lado as ideias incómodas de que também os mundos convencionais são marcados por estratificações de género (de formas diversas, é certo). Para além de constituir claramente uma amplificação e simplificação da forma como funcionam as estruturas de dominação de género nos universos das drogas.¹¹ Mas, se calhar, o mais importante diz respeito à forma como este tipo de discurso pode contribuir para legitimar a desigualdade de género pelo facto de encorajar as ouvintes a aceitarem a desigualdade de género como fazendo parte da “ordem natural das coisas”.

¹¹ O trabalho de Manuela Ivone Cunha (2002) mostra a este propósito as especificidades da realidade nacional no que ao tráfico diz respeito.

Este *script* de romance pode ser visto como central na representação dominante da carreira das mulheres que utilizam drogas. Tanto a literatura científica sobre mulheres e drogas, como o próprio discurso informal sobre o assunto, estão marcados por explicações que tendem a uniformizar as mulheres, ao mesmo tempo que acentuam o conformismo das mesmas. Correndo o risco de destituir de agencialidade as mulheres que utilizam drogas, tanto no que respeita ao início dos contactos com os universos das drogas, como às formas que essas práticas vão adquirindo. Mas, este tipo de representações está ausente dos discursos de natureza médica, clínica e epidemiológica sobre os efeitos das drogas na gravidez, nos recém-nascidos, no desenvolvimento das crianças e no desempenho maternal. Assim como do discurso especializado dominante sobre o comportamento das mulheres “toxicodependentes” em centros de recuperação. Como diz Manuela Correia (1997: 85), os “técnicos que trabalham no terreno” tratam de uma forma discriminatória as mulheres através da criação de falsos conceitos, cujo paradigma é “as mulheres são mais perturbadas do que os homens toxicodependentes”, um paradigma que, no contexto das comunidades terapêuticas, é expresso em afirmações do tipo: “as mulheres destabilizam o grupo”. São precisamente estas vozes especializadas as articuladas nos textos em foco na secção seguinte.

Mulheres Toxicodependentes Para proceder à análise dos oito textos seleccionados (ver Anexo, do n.º 4 ao n.º 11), considero em primeiro lugar as ausências que marcam os mesmos em termos de tópicos, ou seja, o não dito. Num segundo ponto, centro-me nas representações ao nível das frases, nas escolhas realizadas ao nível do vocabulário e da gramática.

Passo então à identificação das ausências nos textos que lidam com a maternidade. Aqui destaco o facto da fixação com o comportamento não ocorrer relativamente à saúde reprodutiva dos homens. Por exemplo, nos textos que abordam o tópico dos riscos para o feto não se faz qualquer referência a hábitos masculinos de uso de drogas ilegais.¹² Apesar da literatura que liga estes hábitos masculinos a prejuízos sobre a saúde do feto

¹² Apesar de no discurso das campanhas o termo “droga” denotar apenas as drogas ilegais, também se fala ocasionalmente de tabaco, álcool e medicamentos, frequentemente para estabelecer oposições. Ora foi relativamente ao álcool que encontrei a única referência aos efeitos do seu consumo na fertilidade masculina. Ver texto n.º 9 no Anexo.

(Daniels 1997). Esta exclusão abrange também o tópico dos efeitos da violência masculina na saúde do feto, não obstante os estudos que apontam a presença de uma forma consistente de altos níveis de violência doméstica nas vidas das utilizadoras de drogas (Croca 1996, Frazão *et al.* 2001, Murphy e Sales 2001). Assim, relativamente aos homens toxicodependentes nota-se uma total ausência do tipo de retórica de culpa que caracteriza os textos sobre os efeitos do consumo materno nos fetos ou nas crianças.

O mesmo se passa relativamente aos efeitos desses consumos sobre os desempenhos das funções paternas, e em relação à SIDA e gravidez. Vejamos o caso do H.I.V./SIDA. As mulheres toxicodependentes “que pensem estar infectadas com “o vírus da doença” são aconselhadas a não engravidarem, mas não se aconselham os homens na mesma situação a utilizarem preservativos (texto n.º 11). O que está em causa nestas representações são as assunções assimétricas e expectativas sociais e culturais em relação ao género, e a manutenção da posição subordinada das mulheres.

O mesmo tipo de assunções e de implicações estão presentes na forma como é construída a relação entre a mãe e o feto. A mãe é representada como uma mera “incubadora” do feto, sendo este visto como o equivalente físico e emocional da mulher em cujo corpo cresce. Vejam-se as escolhas gramaticais nesta passagem do texto n.º 7, intitulado “Uma gravidez segura”, que fazem do feto um agente (neste caso, agente num processo mental), e a relação de causalidade directa estabelecida entre o facto da grávida usar drogas e a saúde do feto. Presto atenção particular à transitividade, enquanto conjunto de estruturas através das quais a causalidade é expressa.

As tensões do dia-a-dia fazem com que, por vezes, a grávida procure no tabaco ou no álcool, ou ainda noutras drogas, uma saída para os seus problemas. Torna-se pois necessário saber que qualquer droga é transmitida ao bebé através da placenta, e que, dada a sua fragilidade, o feto em desenvolvimento não é capaz de se defender dessa agressão. E por drogas queremos significar quaisquer substâncias de origem natural ou sintética que têm efeitos sobre o comportamento, sobre o corpo ou sobre o cérebro. Os primeiros três meses de gravidez são os mais importantes neste aspecto, pois o feto pode ficar afectado de forma irremediável, vindo a nascer com mal formações físicas ou mentais. (Texto n.º 7)

A noção de direitos do feto na base desta representação mostra mais uma vez em funcionamento um discurso conservador da maternidade que implica a existência de um único modo legítimo de ser mãe: a mãe a tempo inteiro, com capacidades enormes de auto-sacrifício, completamente devotada não só à criança, como ao papel de mãe. Sob este discurso, as mulheres que prejudicam os filhos, por (alegadamente) não terem capacidade de auto-controlo, são representadas como a causa do mal e directamente responsabilizadas por qualquer defeito do feto. As únicas responsáveis. Esta é a retórica da culpa onde as leis de causa e efeito são explicitadas de modo a induzir o máximo de culpa possível. Se é verdade que estes avisos têm fundamento, também é certo que os estudos na sua base são frequentemente de escala pequena, e mostram usualmente uma correlação entre um certo comportamento e um certo resultado. Em termos científicos, tal é muito diferente de mostrar uma causa ou prova. Assim, as mulheres são estigmatizadas por usarem drogas durante a gravidez quando não é certo que o tenham feito. Por exemplo, o elo entre o álcool e a “Síndrome Alcoólica Fetal” pode não ser tão claro como se pensava. Um estudo mostrou que as mulheres de estatuto económico desfavorecido com uma má nutrição que bebiam muito durante a gravidez teriam quase sessenta vezes mais possibilidades de terem uma criança com a S.A.F. do que mulheres da classe média que bebiam a mesma quantidade. O factor crucial era a comida (Forna 1999: 94). O mesmo tipo de incertezas estende-se ao caso das mulheres que usam drogas ilegais. Tomemos o caso das mulheres grávidas que usam cocaína e *crack*. Apesar da existência de dados seguros que o uso maternal destas drogas acrescentam riscos evitáveis à gravidez, há vários problemas que se podem levantar. Por exemplo, relativamente à cocaína. Humpries *et al.* (1995) referem as dificuldades criadas pelo facto das mulheres alvo de certos estudos serem poli-utilizadoras. Tal dificulta a detecção de uma ligação clara entre todos os sintomas do recém-nascido e a cocaína. Efeitos como baixo peso, ou diminuição no crescimento, podem ter raízes sociais na falta de cuidados pré-natais e de cuidados de saúde, ou estarem ligados a outras drogas ilegais ou legais. Por outro lado, sabe-se também que a comunidade médica americana, no momento do pânico moral em torno dos *crack babies* e da criminalização da mulher grávida, ignorou estudos que mostravam provas negativas ou nulas do impacto da cocaína durante a gravidez (Humpries *et al.* 1995: 117, Reeves e CampBell 1994: 216).

Mas estes e outros dados que chamam a atenção para vários tipos de constrangimentos estruturais que as grávidas não controlam, são incompatíveis com o mito da mãe perfeita que ao Estado interessa manter e alimentar. Este mito constitui um instrumento através do qual as acções e escolhas das mulheres podem ser controladas, servindo também para obscurecer as responsabilidades do Estado e da sociedade por muitas outras condições que põe em causa o desenvolvimento das crianças, expostas ou não a drogas.¹³ Não esquecendo a importância das diferenças de classe, de idade, e de “raça/etnicidade” no modo como estes constrangimentos estruturais operam.

Outro dos tópicos presentes no discurso sobre mulheres toxicodependentes é o da amamentação. Em contraste com a polémica existente na literatura especializada em torno do assunto, o discurso que a esse propósito se articula tem uma natureza categórica e definitiva. Veja-se a certeza e convicção expressa neste aviso dado ao público:

*O bebé amamentado por uma mulher que toma drogas, que provocam dependência, **ficará** com a saúde gravemente afectada. (Texto n.º 5)*

Este aviso, que de uma forma implícita funciona também como proibição, obscurece a existência de perspectivas competitivas sobre o assunto, nomeadamente aquelas em que se defende que, em certas situações, a amamentação deve ser favorecida. É o caso, por exemplo, de mulheres medicadas com drogas de substituição, como a metadona, uma droga que provoca dependência. A negação desta realidade reforça a culpabilização das mães toxicodependentes. Ao mesmo tempo, põe de lado dados que mostram que a proibição médica de aleitamento, ou a sua recomendação, pode variar em função da classe social das mães toxicómanas: os estereótipos médicos dominantes da “boa mãe” não incluem as toxicodependentes das classes desfavorecidas (eg. Picard 1997). Tal evidencia a natureza política destas prescrições.

¹³ Como diz Susan Boyd (1998: 183), a exposição a ambientes tóxicos, nutrição deficiente, pobreza, planeamento familiar deficiente têm efeitos adversos na evolução da gravidez. Se esta evolução fosse mesmo vista como um assunto de “saúde”, então seria melhor eliminar as variáveis sociais ambientais que afectam a gravidez, em vez de estigmatizar uma geração de crianças e as suas mães. Na mesma linha, temos o estudo de Maher e Curtis (1995), em que se mostra como a vincada estratificação por género do mercado do *crack* em dois bairros de Nova Iorque, num contexto mais global de declínio social e económico, pode explicar a violência que as mulheres experimentam e podem infligir aos outros, nomeadamente às crianças.

Por último, centro agora a atenção no texto n.º 8 intitulado “Gravidez, maternidade e toxicodependência”. Neste texto dá-se o salto da acção de avisar as mulheres grávidas que usam drogas para uma condenação explícita das “mulheres toxicodependentes” por serem “más mães”. Veja-se esta passagem em que se explica por que razão as “mães toxicodependentes” são diferentes das mães “normais”. De novo, importa a modalidade e as explicações:

A maternidade requer iniciativas, actuações, responsabilização, levar a criança ao médico, às vacinas, à escola, proporcionar-lhe uma casa, uma família, alimentos, roupas, amigos, etc. etc. Requer que mais do que desejar ter um filho se deseje ser mãe (...). Muitas são as situações em que a distância entre a gravidez e a maternidade são enormes. Uma delas é exactamente a que se refere a mulheres toxicodependentes. A grande maioria das mulheres toxicodependentes deseja, ou pelo menos aceita bem, essa gravidez. Ter um filho aparece em muitos casos como a solução mágica de todos os problemas (...) “Tenho finalmente uma coisa minha”, verbalizam muitas vezes. E traduzem nesta frase, ou em outras semelhantes, a solidão e o vazio que sabem existir em si próprias. Mas traduzem também aqui a forma como a criança é encarada: uma coisa sua. (Texto n.º8)

Nesta representação “as mães toxicodependentes” são definidas como violando directamente o traço central do ideal maternal dominante nas sociedades ocidentais contemporâneas: o auto sacrifício, a devoção total aos outros e ao papel de mãe. Em vez de estarem ao serviço do filho, servem-se dele para diminuírem a “solidão e o vazio”. Espantoso neste retrato é mais uma vez tudo aquilo que fica por dizer. Ou seja, as exclusões. O leitor fica sem saber por que razão as mães toxicodependentes são diferentes e inferiores às mães “normais”. No entanto, pode facilmente inferir a partir do seu conhecimento sociocultural, activado pela utilização do termo “toxicodependente”, que tal se deve ao uso de drogas. Ora é através deste tipos de explicações simplistas que se alimentam as acusações, os medos, o desprezo, as condenações e as rejeições. E, talvez o mais importante seja o efeito de auto-profecia que preconceitos sociais deste tipo parecem ter junto de certas “mulheres toxicodependentes”. Algumas mulheres integram a rejeição sociocultural a tal ponto de confundirem o que são comportamentos usualmente ligados ao consumo, passíveis de mudança, com características inerentes à própria pessoa, quase impossíveis de serem alteradas (Costa 1997). Ora, mais uma vez torna-se fundamental evocar o debate existente na literatura sobre a capacidade das “mulheres

toxicodependentes” se relacionarem com os filhos. Ao contrário da certeza, do estatuto de facto que sugere a modalidade peremptória do texto em análise, os conflitos sobre “a verdade” e “a realidade” das mulheres toxicodependentes abundam. Por exemplo, os dados fornecidos por Baker *et al.* (1999) mostram que não há diferenças nos relacionamentos maternos entre mulheres heroinodependentes e mulheres não utilizadoras de drogas. Geismar-Wierviorka (1999: 79), por seu lado, chama a atenção para o facto de que as toxicodependentes, tal como toda a gente, não são completamente sobredeterminadas pelo seu psiquismo, ou por uma necessidade irreprimível de consumir drogas. Tal significa que, estando reunidas as condições psíquicas, sanitárias, sociais e políticas adequadas, as mulheres toxicodependentes podem tornar-se mães “como as outras”. Por conseguinte, as coisas estão longe de serem tão simples e as responsabilidades longe de serem tão claras, ao contrário do que sugere a passagem. Em especial num país como o nosso em que o interesse por esta questão é praticamente inexistente no domínio dos estudos sociais e culturais. E a ignorância nunca foi boa conselheira.

Considerações finais

Neste artigo mostrei que o espaço discursivo por excelência de construção do géneros nas campanhas anti-droga é a família, o casal heterossexual. Fi-lo a partir de uma análise crítica do jogo cruzado e em unísono de conteúdos e formas linguísticas e semióticas presente numa brochura dirigida a pais. Defendi que nesta brochura estavam co-presentes dois tipos de discurso de relações de género: um de natureza conservadora, outro de natureza mais igualitarista. Como vimos, entre estes dois tipos de discurso, a balança aponta no sentido do conservadorismo, da manutenção de um regime de género sexista. Vimos que a parentalidade significa coisas diferentes para pais e para mães. A análise mostrou que os homens não estão definitivamente ligados a esta identidade. O contrário se passa com as mulheres, primordialmente definidas como mães. Vimos que a regulação desta identidade é feita através da criação de medos e da atribuição de culpas pelo “desvio” das crianças. Desta forma, é criada uma dicotomia entre boas e más mães, útil para a justificação do controlo estatal, e para a auto-exoneração dos poderes públicos

e médico-psicológicos pela discriminação das mulheres. Este argumento ganhou mais consistência após ter posto em evidência a forma como as mulheres que utilizam drogas são representadas como agentes da sua própria discriminação.

Referências

- AGRA, Cândido da, 1998, “Droga: Dispositivo Crítico para um Novo Paradigma”, in AA.VV., *Droga: Situação e Novas Estratégias*, Lisboa, INCM, pp. 169-199.
- AMÂNCIO, Lígia, 1997, “Toxicodependência no Feminino” in Maria Marcelino, A. Croca, A. Costa, G. Santos (org.), *Toxicodependência no Feminino*, Lisboa, Reviver, pp. 11-13.
- BADINTER, Elisabeth, 1980, *O Amor Incerto- História do Amor Maternal do Século XVII ao Séc. XX.*, Lisboa, Relógio d’Água.
- BAKER, Phyllis e CARSON, Amy, 1999, “I Take Care of My Kids-Mothering Practices of Substance-Using Womens, *Gender & Society*, vol. 13, 3, pp. 347-363.
- BAUMAN, Pamela e LEVINE, Stephen, 1986, “The Development of Children of Drug Addicts”, *The International Journal of Addictions*, vol. 21, 8, pp. 849-863.
- BAUMAN, Pamela. e DOUGHERTY, Frank, 1983, “Drug Addicted Mothers - Parenting and their Children Development”, *The International Journal of the Addictions*, vol. 18, 3, pp. 291-302.
- BELEZA, M. Teresa, 1990, *Mulheres, Direito, Crime ou a Perplexidade de Cassandra*, Dissertação de doutoramento submetida à apreciação da Faculdade de Direito em Outubro de 1990.
- BERRIDGE, Virginia., 1994, “Dependência: História dos Conceitos e Teorias”, in G. Edwards e M. Lader, *A Natureza da Dependência de Drogas*, Porto Alegre, Artes Médicas.
- BISCAIA, Jorge, BEJA, M., SÁ, E., 1995, “Gravidez e Toxicodependência”, *Brotéria*, 141, pp. 537-548.
- BOYD, Susan, 1998, *Mothers and Illicit Drugs. Transcending the Myths*, Toronto, University of Toronto Press.
- CAMERON, Deborah, KULICK, D., 2003, “Making Connections”, in Deborah Cameron, D. Kulick, *Language and Sexuality*, Cambridge, Cambridge University Press, pp.1-15.
- CONNELL, R.W., 1987, *Gender & Power*, Standford California, Standford University Press.

- CORREIA, Manuela, 1997, “Toxicodependência no Feminino. As Respostas das Instituições”, in M. Marcelino, A. Croca, A. Costa, G. Santos (org.) *Toxicodependência no Feminino*, Lisboa. Reviver, pp. 77-93.
- Costa, António, 1997, “Conclusões do Seminário e do Congresso Toxicodependência no Feminino”, in Maria Marcelino, A. Croca, A. Costa, G. Santos (org.) *Toxicodependência no Feminino*, Lisboa. Reviver, pp. 123-126.
- CROCA, Ana, 1996, “Parentalidade na Perspectiva da Mulher e do Homem. Ponto de Vista do Psiquiatra”, *Colectânea de Textos Taipas*, Lisboa, vol. VIII, pp. 100-106.
- CUNHA, Manuela, 2002, *Entre o bairro e a prisão: Tráfico e Trajectos*, Lisboa, Fim de Século.
- DANIELS, Cyntia, 1997, “Between Fathers and Fetuses: the Social Construction of Male Reproduction and the Politics of Fetal Harm, *Signs*, vol. 22, 3, pp. 579-616.
- DALLOS, Rudi, MCLAUGHLIN, Eugene, 1993, *Social Problems and the Family*, Londres, Sage.
- DUARTE-FONSECA, António (2000), *Condutas Desviantes de Raparigas nos Anos 90 Chegadas ao Conhecimento dos Tribunais*, Coimbra, Coimbra Editora.
- FAIRCLOUGH, Norman. e WODAK, Ruth, 1997, “Critical Discourse Analysis” in Teun. Van Dijk (ed.), *Discourse as Social Interaction*, Londres, Sage, pp. 258-284.
- FEYTOR, Victor, 1997, “A Mulher e a Droga” in Maria Marcelino, Ana Croca, António Costa, Graça Santos (org.) *Toxicodependência no feminino, I Congresso Internacional*, Lisboa. Reviver, pp. 7-9.
- FORNA, Aminatta, 1998, *Mothers of all Myths. How Society Moulds and Constrains Mothers*, Londres, HarperCollins Publishers.
- FRAZÃO, Carla, PEREIRA, E., AMARO, F., TELES, L, 2001, *A Mulher Toxicodependente e o Planeamento Familiar, a Gravidez e a Maternidade*, Lisboa, Edição da Fundação da Nossa Senhora do Bom Sucesso.
- GEISMAR-WIERVIORKA, Sylvie, 1999, *Nem Todos os Toxicodependentes São Incuráveis*, Lisboa, Terramar.
- GOFFMAN, Erving, 1979, *Gender Advertisements*, Londres, MacMillan.
- GOMBERG, Edith, 1982, “Historical and Political Perspective: Women and Drug Use”, *Journal of Social Issues*, vol. 38, 2, pp. 9-23.

- GÓMES, A. Diéguez (1999) “Psiquiatria y Género: el Naciente Discurso Médico-Psiquiátrico en España y el Estatuto Social de Mujer”, *Rev. Asoc. Esp. Neuropsiq.*, vol. XIX, 72, pp. 637-652.
- HALLIDAY, Michael, 1994, *An Introduction to Functional Grammar*, 2ª ed., Londres, Edward Arnold.
- HUMPRIES, Drew, DAWSON, J., CRONIN, V., KEATING, P., WIESNIEWSKI, C., EICHFELD, J., 1995, “Mothers and Children, Drugs and Crack: Reactions to Maternal Drug Dependency”, in B-Raffel-Price e N. Sokoloff (eds), *The Criminal Justice System and Women*, Nova Yorque, McGraw-Hill, Inc., pp. 167-180.
- KRESS, Gunther, HODGE, Robert (1979), *Language as Ideology*, London, Routledge.
- KRESS, Gunther, 1990, “Critical Discourse Analysis”, in W. Grabe (org.) *Annual Review of Applied Linguistics*, 11, pp. 89-90.
- KRESS, Gunther. e Van LEEUWEN, Theo, 1996, *Reading Images: The Grammar of Visual Design*, Londres, Routledge.
- LAKOFF, Robin (1982), “Language and Woman`s Place”, *Language in Society*, 2, pp. 45-80.
- LAZAR, Michel, 2000, “Gender, Discourse and Semiotics: the Politics of Parenthood Representations”, *Discourse & Society*, vol. 11 (3), pp. 373-400.
- LAZARSFELD, P. F. (1948), “Remarks on Administrative and Critical Communication”, *Studies in Philosophy and Social Science*, 9, pp. 2-16.
- LUPTON, Deborah, 1995, *The Imperative of Health. Public Health and the Regulated Body*, Londres, Sage.
- LUPTON, Deborah e BARCLAY, Lesley, 1997, *Constructing Fatherhood: Discourses and Experiences*, Londres, Sage.
- MAHER, Lisa e CURTIS, Richard, 1995, “In Search of the Female Urban Gangsta: Change, Culture and Crack Cocaine”, in B. Raffel-Price e N. Sokoloff (eds), *The Criminal Justice System and Women*, Nova Yorque, Plenum, 147-167.
- MAHER, Lisa, 1998, *Sexed Work: Gender, Race and Resistance in a Brooklin Drug Market*, Oxford, Clarendon Press.

- MARTIN, Lynn, 1998, “Deviant Drinking or Deviant women”.
|<http://www.arts.adelaide.edu.au/CentreFoodDrink/Articles/DeviantDrinking.html>|
11/11/02.
- McCARTY, J. (1998) “The CPS Drug Use Dilemma: Balancing The Right Of Children To Protection Against the Right of Children to their Parents”, Sacramento Medicine, pp 11-12. |<http://www.lindesmith.org/library/mccarty2.html>| 11/10/02.
- MURPHY, Sheigla, ROSENBAUM, Marsha, 1998, *Pregnant Women on Drugs: Combatting Stereotypes and Stigma*, New Brunswick, NJ, Rutgers University Press.
- MURPHY, Sheigla, Sales, Paloma (2001)“Let’s get Real Looking at the Lives of Pregnant Drug Users”.
|http://www.harmreduction.org/news/spring01/sp01murphy_sals.html| 24/05/01.
- OWEN, B., 2001, “Policy Issues Concerning Women Offenders and their Children”.
California Legislative Women`s Caucus Hearing on Incarcerated Mothers.
|http://www.drugpolicy.org/library/owen_women_offenders2.cfm| 11-10-02.
- PALTROW, Lynn (2001) “Take the Politics out of Pregnancy”, Chicago-Sun Times, Julho 12. |http://www.lindesmith.org/lindesmith/library/Paltrow_OP_Ed2.html| 30/10/01.
- PHOENIX, Anne e WOOLETT, A., LLOYD, E., (eds), 1991, *Motherhood: Meanings, Practices and Ideologies*, Londres, Sage.
- PICARD, Eric, 1997, “Quelques Observations d’une Population de Jeunes et Futurs Parents Usagers de Drogues Traités en Ambulatoire avec Méthadone, et de leurs Enfants”, in M. Marcelino, Ana C., António C., Graça S. (org.), *Toxicoddependência no feminino*, Lisboa, Reviver, pp. 27-36.
- PINTO COELHO, M. Zara, 2002, *Drogas em Campanhas de Prevenção: dos Discursos às Ideologias*. Dissertação de doutoramento submetida à apreciação da Universidade do Minho em Fevereiro.
- REEVES, Jimmie e CAMPBELL, Richard, 1994, *Cracked Coverage. Television Nezs, the anti-cocaine crusade and the Reagan Legacy*, Londres, Duke University Press, pp. 185-220.
- REINARMAN, Craig e LEVINE, H., (1995), “The Crack Attack: America Latest Drug Scare, 1986-1992” , in Joel Best, *Images of issues. Typifying Contemporary Social Problems*, Nova Iorque, Aldine de Gruyter, pp. 123-145.

- ROSENBAUM, Marsha, 1981, *Women On Heroin*, New Brunswick, NJ, Rutgers University Press.
- ROSENBAUM, Marsha, 1997, “Women: Research and Policy” in Joyce H. Lowinson, Pedro Ruiz, Robert Millman & John Langrod (eds), *Substance Abuse, a Comprehensive Textbook* (3^a ed.), Baltimore, MD, Williams & Wilkins, pp. 654-665.
- VALENTIM, Artur, 1998, “Droga, Dependência e Sociedade: uma Incursão (crítica) no Campo do Pensamento sobre as Drogas”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 51, pp. 81-102.
- SZALAVITZ, M. (1999), “War on Drugs, War on Women”, *Issues Magazine*, 8(1), pp.42-47. [<http://www.lindsmith.org/library/szalavitz2.html>] 30/10/01.
- VAN DIJK, Teun, 1997a, “Discourse as Interaction in Society”, in Teun Van Dijk (ed.), *Discourse as Social Interaction*, Londres, Sage, pp. 1-38.
- VAN DIJK, Teun, 1997b, “Semântica do Discurso e Ideologia” in Emília Ribeiro Pedro (org.), *Análise Crítica do Discurso. Uma Perspectiva Sociopolítica e Funcional*, Lisboa, Caminho, pp. 105-169.
- VAN DIJK, Teun, (2001), “Multidisciplinar CDA: a plea for diversity”. [<http://www.hum.uva.nl/teun/multidisciplinarycda2.htm>] 18/06/01.
- VAN LEEUWEN, Theo, 1997, “A representação dos actores sociais”, in Emília Ribeiro Pedro (org.), *Análise Crítica do Discurso. Uma Perspectiva Sociopolítica e Funcional*, Lisboa, Caminho, pp. 169-222.
- VICENTE, Margarida, BEJA, Margarida, 1997, “Coincidências ou algo Mais” in M. Marcelino, A. Croca, A. Costa, G. Santos (org.), *Toxicodependência no Feminino*, Lisboa, Reviver, pp. 55-67.
- WEST, Candace, LAZAR, Michel, KRAMARAE, Cheris, 1997, “Gender in Discourse” in Teun van Dijk (ed.) *Discourse as Social Interaction*, Londres, Sage, pp. 119-144.
- WODAK, Ruth, 1997, “Introduction: some Important Issues in the Research of Gender and Discourse” in Ruth Wodak (ed.), *Gender and Discourse*, London- Thousand Oaks-New Dehlei, Sage, pp. 1-18.

Lista dos Documentos Analisados*

Brochura com Imagens

Texto 1 (1992), “Nossos filhos, nós e a droga”, *Colecção Cadernos de Informação/2*, Gabinete de Planeamento e Coordenação do Combate à Droga.

Spots radiofónicos

Texto 2 (1992), “Ele está sempre a dizer que aquilo é uma curte”, *Rádio Energia*, Linha Aberta.

Texto 3 (1992), “A Bé é o máximo”, *Rádio Energia*, Linha Aberta.

Documentos Publicados na Imprensa Nacional e Local

Texto 4 (1988), “A SIDA e a toxicodependência estão intimamente associadas”, *Correio da Manhã*, Laura Ayres, Grupo de Trabalho da SIDA, Linha Aberta Projecto VIDA.

Texto 5 (1988), “A amamentação”, *Diário do Minho*, Linha Aberta Projecto VIDA.

Texto 6 (1988), “Algumas situações de risco de gravidez”, *Diário do Minho*, Maria da Purificação Araújo, Direcção Geral dos Cuidados de Saúde Primários, Linha Aberta Projecto VIDA.

Texto 7 (1988), “Uma gravidez segura”, *Jornal de Notícias*, Linha Aberta Projecto VIDA.

Texto 8 (1988), “Gravidez, maternidade e toxicodependência”, *Jornal de Notícias*, Isabel Pereira Leal, Linha Aberta Projecto VIDA.

Texto 9 (1988), “As mulheres grávidas que bebem álcool podem prejudicar a saúde dos seus filhos?”, *Diário do Minho*, Consultório Projecto VIDA.

Texto 10, (1989), “Qual a influência dos barbitúricos na gravidez?”, *Diário do Minho*, Consultório Projecto VIDA.

Texto 11, (1989), “Que precauções devem ser tomadas em relação à SIDA e à gravidez?”, *Correio da Manhã*, Consultório Projecto VIDA.

*** Para uma descrição completa destes documentos e sua leitura integral, ver o sítio |<http://natura.di.uminho.pt/jjbin/corpora>|**

RÉSUMÉ. Cet article analyse la façon comme on parle des femmes dans les campagnes publiques anti-drogue, en utilisant une combinaison de ressources linguistique et semiótiques et une approche critique. Ayant comme base une collection de textes, je montrerai que le régime de genre qui fait part et est créé à travers ce discours est sexiste.

MOTS CLÉ: *analyse critique du discours, discours, régime de genre, parents, maternité, campagnes anti-drogue*

ABSTRACT. This article analyses the way women are talked about in the domain of anti-drugs public campaigns, using a combination of linguistic resources with semiotic ones and a critical approach. Based on the analysis of a sample of texts, I will show that the gender regime involved and constituted through this discourse is a sexist one.

KEY WORDS *Critical discourse analysis, discourse, gender regime, parents, motherhood, anti-drugs public campaigns*